

Economia - Brasil



PROGRAMA ECONÔMICO

As dificuldades para implementação de uma política de controle de preços

por Claudia Safatle
de Brasília

O presidente Itamar Franco, se vier a optar por um controle generalizado ou seletivo de preços, terá o instrumental legal às mãos, mas não dispõe concretamente, hoje, de condições operacionais para a sua implementação.

A última reforma administrativa, feita pelo presidente da República tão logo assumiu, em outubro do ano passado, acabou com a Secretaria Nacional de Economia e com o departamento a ela vinculado o DAP, que era responsável pela política de abastecimento e preços. A Superintendência de Abastecimento (Sunab), criada em 1961, está acéfala. Vítima da confusão gerada na reforma administrativa, a Sunab tem vínculo orçamentário com o Ministério da Agricultura, embora seja um órgão ligado ao Ministério da Fazenda, e, segundo um dos últimos dirigentes a deixar o órgão, "está aparelhada, atualmente, para fiscalizar algumas mercadorias e açougues".

No organograma da reforma, o DAP desaparecia mas suas funções seriam absorvidas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Como a reforma começou em outubro e essa absorção não foi feita de fato até ho-

je, os técnicos que há cerca de vinte anos vinham alimentando a atividade de controle de preços e abastecimento dispersaram-se.

Rigorosamente, se o presidente Itamar Franco quiser saber quanto e por que aumentou o preço do leite ou de algum outro tipo de alimento industrializado, de higiene e limpeza, etc., criará um embaraço no Ministério da Fazenda. Os

Sunab apoiaria a aplicação das medidas do direito econômico

técnicos responsáveis pela coleta de informações junto à indústria, que montavam as planilhas de custos de cada segmento da produção, deixaram o Ministério da Fazenda para ocupar outras funções em outros órgãos da administração federal.

O presidente Itamar Franco foi informado em dezembro do ano passado das dificuldades que a reforma administrativa idealizada pelo Palácio do Planalto criou na área de controle de preços e abasteci-

mento. Com a definição dos primeiros nomes que participarão da assessoria do ministro Eliseu Resende, a recomendação do governo é de que o Ministério da Fazenda reestruture esse setor.

Na verdade, essas funções, sobretudo a de controle de preços — já que a política de abastecimento foi transferida para a alçada do Ministério da Agricultura —, já vinham perdendo poder político e regulatório com as medidas de liberalização dos preços na economia e estavam nos últimos meses passando por um processo de redefinição. A Sunab, por exemplo, seria reestruturada para se transformar numa linha de apoio na área de aplicação do direito econômico. Bem aparelhada, a superintendência teria condições para formar um quadro técnico qualificado, capaz de entrar numa empresa, dissecar os dados econômicos financeiros e comprovar se há ou não prática de concorrência desleal ou atos semelhantes.

Para isso, o governo enviou, recentemente, funcionários da Sunab aos Estados Unidos, para se informarem sobre o funcionamento do órgão do Departamento de Justiça que cuida da legislação antitruste. Esses funcionários não estão mais trabalhando na superintendência.

A idéia original que pautava esse trabalho era juntar, numa agência de defesa da concorrência, a Sunab, o DAP e a Secretaria Nacional de Defesa Econômica (SNDE). Idéia engavetada.

Nenhum governo de país desenvolvido abdicou totalmente de uma política de preços, observaram alguns dos poucos técnicos que ainda estão no extinto DAP, a espera de uma definição sobre o que fazer. Isso, explicam, não significa controlar os preços. Há outras formas de o Estado intervir num mercado de concorrência imperfeita, seja na sua estrutura, evitando a formação de monopólios, seja na conduta, impedindo a verticalização, seja no desempenho, arbitrando margens de lucro.

O antigo CIP armazena dados da indústria farmacêutica

A desestruturação dos órgãos do governo federal responsáveis pela política de preços — que envolve o acompanhamento sistemático, através de planilhas de custos das empresas produtivas do Estado, das indústrias de alimentação, higiene e limpeza, do abastecimento de produtos agrícolas, entre outras informações de varejo — representa um risco concreto para a perda da memória do Estado nessa área. Hoje, restou apenas um funcionário, oriundo do antigo Conselho Interministerial de Preços (CIP), que detém a história da indústria farmacêutica, pois lida com a estrutura de preços e custos desse segmento há mais de dez anos. Há, no Ministério da Fazenda, também apenas um técnico especializado em tarifas de energia elétrica, petróleo, entre outras. Não há mais funcionários lidando com o acompanhamento diário dos demais preços industriais, nem sequer para alimentar os computadores de informações.